

Posicionamento Regional dos Governos locais e Regionais para a COP17 da UNCCD

Ulaanbaatar, Mongólia – 17 a 28 de agosto de 2026

Este posicionamento representa a contribuição política dos governos locais e regionais do ICLEI América do Sul e da rede Mercocidades para a implementação da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD). Dirigido ao Secretariado da UNCCD e às principais partes interessadas envolvidas na implementação das Convenções do Rio, incluindo governos nacionais, organizações internacionais e parceiros estratégicos, este documento busca: fortalecer o reconhecimento do papel dos governos subnacionais no combate à desertificação, à degradação do solo e à seca, promovendo a implementação integrada com as agendas de mudanças climáticas, biodiversidade e desenvolvimento urbano sustentável.

Este documento foi elaborado em conjunto pelo ICLEI América do Sul e pela Mercocidades, com contribuições de seus governos membros e de outros governos subnacionais comprometidos com a ação climática e o desenvolvimento sustentável, incluindo os signatários do Pacto Global de Prefeitos para o Clima e a Energia (GCoM), que contribuirão para ampliar este processo regional de consulta e mobilização. Reconhecemos também a liderança do Consórcio do Nordeste na promoção de políticas inovadoras para combater a desertificação e restaurar terras degradadas, consolidando-se como referência para o Brasil e a América do Sul nesta agenda. O documento inspira-se nas posições da *constituency* de Governos Locais e Autoridades Municipais (LGMA), o [Chamado à Ação do Global Taskforce de Governos Locais e Regionais \(GTF\)](#) e a [Carta aberta do 5º Encontro do ICLEI Brasil no Nordeste](#), além dos documentos da Mercocidades referentes à COP16, COP30, WUF 12 e 13.

Considerando que,

1. A desertificação, a degradação do solo e a seca constituem uma das ameaças ambientais mais urgentes, afetando mais de 40% da superfície terrestre e comprometendo a segurança alimentar, hídrica, climática e os meios de subsistência de milhões de pessoas;
2. Esses processos são impulsionados por múltiplos fatores inter-relacionados, incluindo mudanças no uso da terra, desmatamento, perda de biodiversidade, superexploração dos recursos hídricos, práticas de produção insustentáveis e os impactos das mudanças climáticas;
3. Embora sejam frequentemente associadas a áreas rurais, suas causas e consequências estão intimamente ligadas à dinâmica urbana, incluindo a expansão urbana não planejada e o aumento da vulnerabilidade, a impermeabilidade do solo, a perda de infraestrutura verde, eventos climáticos extremos relacionados a secas, ondas de calor e inundações, e a crescente demanda por água, alimentos e outros recursos naturais;
4. A América do Sul possui algumas das maiores reservas de biodiversidade do planeta e abriga ecossistemas estratégicos para a regulação climática e hídrica global, mas enfrenta um grande aumento na degradação do solo, perda da cobertura vegetal, estresse hídrico, incêndios florestais e eventos climáticos extremos que comprometem seus territórios;
5. Os governos locais e regionais estão na linha de frente da resposta a esses desafios e desempenham um papel fundamental no planejamento territorial, na gestão sustentável dos recursos naturais, na adaptação às mudanças climáticas e na restauração dos ecossistemas, traduzindo os compromissos das Convenções do Rio em ações concretas no território;
6. A COP16 da UNCCD reconheceu o papel estratégico dos governos locais e regionais por meio da Declaração e do Chamado à Ação promovidos pela Global Taskforce de Governos Locais e Regionais (GTF), reafirmando sua contribuição essencial para o combate à desertificação, à degradação da terra e à seca;

Com base nisso, os governos locais e regionais da região fazem um chamado à ação para avançarem juntos nas seguintes prioridades:

1. Integrar os objetivos da UNCCD na agenda urbana

Integrar a luta contra a desertificação, a degradação do solo e a seca no planejamento urbano e territorial, promovendo políticas que integrem de forma articulada a gestão sustentável do solo, a segurança hídrica e alimentar, a proteção das fontes de água, a promoção de soluções baseadas na natureza e a conservação e recuperação dos ecossistemas nativos.

2. Promover a sinergia entre as três Convenções do Rio

Promover a sinergia e a territorialização das três Convenções do Rio nas políticas de desenvolvimento urbano sustentável de cidades e regiões, por meio de soluções que integrem as agendas de desertificação, mudanças climáticas e biodiversidade, considerando as características ecológicas do território, priorizando a conservação e o fortalecimento da fauna e flora locais e reconhecendo os múltiplos benefícios ambientais, sociais e econômicos dessas abordagens.

3. Fortalecer a governança multinível

Promover mecanismos permanentes de governança multinível que fortaleçam a coordenação e a cooperação entre os governos nacionais, regionais e locais para a implementação eficaz dos objetivos da UNCCD e o desenvolvimento de políticas territoriais integradas.

4. Ampliar acesso de financiamento e tecnologia aos governos subnacionais

Promover mecanismos de financiamento internacional mais acessíveis e diretos para governos subnacionais, bem como tecnologias verdes e sociais, instrumentos de monitoramento de riscos e planejamento urbano, reconhecendo seu papel como implementadores indispensáveis de ações para restauração ecológica, adaptação, resiliência e gestão sustentável dos territórios.

5. Fortalecimento das capacidades e da cooperação

Fortalecimento das capacidades técnicas e institucionais dos governos subnacionais por meio da cooperação Sul-Sul e do desenvolvimento de alianças estratégicas com instituições de pesquisa, universidades, centros de excelência e agências especializadas, incentivando o intercâmbio de conhecimento e promovendo a produção científica, a inovação e a assistência técnica para apoiar a implementação da UNCCD nos territórios.

6. Promover justiça social e uma transição justa

Reconhecer os impactos diferenciados da desertificação, da degradação do solo e da seca sobre as mulheres, os habitantes de áreas periféricas, os povos indígenas, as comunidades locais e os agricultores familiares, destacando seus papéis fundamentais, promovendo uma perspectiva de gênero transversal e seu acesso equitativo à água de qualidade, sua participação e sua liderança na tomada de decisões. Além disso, promover a participação dos jovens, fortalecendo a educação ambiental e criando mecanismos estáveis para o diálogo intergeracional.

7. Definir indicadores, avaliar resultados e garantir o acesso público à informação

Estabelecer sistemas comuns de metas, indicadores mensuráveis e definidos territorialmente, com prazos específicos, para avaliar a implementação e o cumprimento dos compromissos. Esses indicadores devem abranger, entre outros aspectos, a condição e a recuperação do solo, a disponibilidade e a qualidade da água, a biodiversidade, a redução de riscos, a participação de mulheres e jovens, o financiamento mobilizado e a população beneficiada. Isso envolverá a promoção do desenvolvimento de dados de referência, avaliações periódicas, dados abertos e desagregados, painéis de monitoramento público e relatórios acessíveis.

8. Promover uma transição territorial resiliente

Promover modelos de desenvolvimento territorial que combinem restauração de terras, segurança hídrica e alimentar, adaptação às mudanças climáticas, inclusão social, valorização da sociobiodiversidade, produção sustentável, desenvolvimento de economias locais e promoção de empregos verdes, incorporando medidas de proteção para as populações mais vulneráveis e fortalecimento da resiliência de cidades e regiões.

9. Consolidar uma agenda de incidência regional

Consolidar uma agenda permanente de cooperação entre os governos subnacionais da região que fortaleça a troca de experiências, promova iniciativas conjuntas e contribua para a construção de futuras posições da *constituency* LGMA na UNCCD e demais Convenções do Rio.

Conclusão

Os governos locais e regionais do ICLEI América do Sul e da rede Mercociudades reafirmam seu compromisso de contribuir ativamente para a implementação da UNCCD e fazem um chamado às Partes e à comunidade internacional para que reconheçam e fortaleçam seu papel como parceiros estratégicos na construção de territórios resilientes, inclusivos e sustentáveis.

ANEXO I

Experiências inspiradoras de membros do ICLEI e da Mercocidades que contribuem para o combate à desertificação nos territórios:

- **Consórcio Nordeste, Brasil | [Fundo Caatinga](#), [Lei de Recaatingamento](#) e [Plano de Transição Ecológica](#):** A abordagem estratégica e integrada do Consórcio levou o governo brasileiro a aceitar a proposta de criação do Fundo Caatinga, com recursos captados e geridos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), destinados à prevenção, monitoramento e restauração de áreas degradadas do bioma. O Consórcio também desempenhou um papel estratégico na defesa da Lei de Recaatingamento (Lei 15.430/2026), que estabelece a política nacional de recuperação e conservação do bioma Caatinga e combate à desertificação. Além disso, seu Plano de Transformação Ecológica do Nordeste (PTE-NE) concentra-se na valorização, preservação e restauração do bioma; no fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia; na implementação de infraestrutura resiliente de captação e dessalinização de água; e na ampliação do acesso às cisternas rurais, alinhando-se à estratégia de recaatingamento.
- **Montevideu, Uruguai | [SIDEAP](#) e o Plano de Gestão da Água:** O Sistema Departamental de Áreas Prioritárias (SIDEAP) é uma ferramenta para identificar e gerir áreas de especial importância ambiental dentro do departamento, contribuindo para a conservação da biodiversidade, a proteção dos ecossistemas e o planejamento territorial com base em critérios de sustentabilidade. Por sua vez, o Plano de Gestão da Água desenvolve uma estratégia específica destinada a reforçar a proteção e a segurança hídrica através de ações relacionadas com o monitoramento da qualidade da água, a prevenção e redução da poluição, a geração de informação para a tomada de decisões e o fortalecimento das capacidades institucionais. Ambas as iniciativas refletem o papel que os governos locais podem desempenhar na proteção dos recursos naturais e na construção de territórios mais resilientes face à degradação ambiental, à perda de biodiversidade, às secas e às alterações climáticas, integrando a conservação, o planejamento territorial, a gestão da água e a geração de conhecimento.
- **Província de Azuay, Equador | Restauração Ecológica e Participativa de Zonas Úmidas e Reflorestamento de um Milhão de Árvores Nativas:** O primeiro projeto interage com os habitantes das microbacias para a manutenção e restauração de fontes de água através da gestão conjunta e da participação, formação e organização comunitária, da melhoria dos

sistemas de produção agrícola e do ecoturismo. A segunda iniciativa restaura ecossistemas terrestres degradados e margens de proteção hídrica por meio de plantas nativas, buscando a conservação da biodiversidade, a proteção do solo e a promoção da cultura e do patrimônio natural, beneficiando as comunidades locais com recursos como madeira, frutos e plantas medicinais, e fortalecendo a adaptação local, a diversidade genética e a participação e o empoderamento da comunidade local.

- **São Paulo, Brasil | [PlanClima SP](#):** O Plano de Ação Climática do município integra medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, incorporando ações relacionadas à gestão sustentável do território, à proteção e restauração de áreas verdes e recursos hídricos, à redução dos riscos climáticos e à implementação de soluções baseadas na natureza. Entre as iniciativas planejadas estão a produção de espécies vegetais nativas mais resilientes aos impactos das mudanças climáticas, o que contribui para a recuperação e conservação da vegetação e o fortalecimento da biodiversidade, e o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que incentiva a conservação e restauração de áreas ambientalmente importantes. O Plano busca fortalecer a resiliência urbana a eventos extremos como secas, ondas de calor e chuvas intensas, promovendo a gestão integrada do território e coordenando diferentes áreas da administração municipal. Por fim, estabelece como um de seus objetivos o desenvolvimento e a publicação de um Plano de Contingência para Secas Meteorológicas, com ações iniciais previstas para 2028 e prazo máximo de 2032.

- **Santiago, Chile | Infraestrutura Verde e Soluções Baseadas na Natureza:** Santiago avança na implantação de infraestrutura verde e SbN, visando revitalizar os espaços públicos e fortalecer sua capacidade de adaptação aos impactos das mudanças climáticas. Essas intervenções buscam aumentar a permeabilidade e a capacidade de infiltração do solo, fortalecer e conectar as áreas verdes existentes por meio de corredores biológicos e contribuir para a regulação das temperaturas urbanas. Essa transformação é complementada por uma gestão hídrica eficiente, focada na reutilização, promovendo a recuperação e o reaproveitamento da água proveniente de instalações municipais, otimizando a irrigação e utilizando o recurso de forma mais eficiente, ajudando, assim, a reduzir a pressão sobre os recursos hídricos. Sob essa visão, Santiago caminha rumo a um modelo de cidade capaz de infiltrar, reter e utilizar a água; fortalecer e conectar sua infraestrutura verde; promover serviços ecossistêmicos em uma área altamente urbanizada; e consolidar espaços públicos resilientes.

- **Montería, Bucaramanga, Pereira, Yopal, Villavicencio, Pasto, Colômbia** | [Cidades Resilientes Baseadas na Natureza – NaBa](#): O projeto teve como objetivo abordar as sinergias entre as alterações climáticas e a perda de biodiversidade, procurando fortalecer a resiliência do território através de soluções de Adaptação Baseadas em Ecossistemas.
- **Niterói, Brasil** | [Programa Encosta Verde](#): Iniciativa para recuperar a vegetação nativa em áreas degradadas de encostas e montanhas da cidade, bem como em áreas protegidas, com o objetivo de garantir a biodiversidade e melhorar a qualidade do solo e do clima da cidade.
- **Terra do Fogo, Argentina** | [AcBio](#) (Ação para a Biodiversidade): busca fortalecer a capacidade dos governos subnacionais de conceber e implementar ações climáticas para a prevenção, proteção e restauração de florestas e zonas úmidas.
- **Bahia, Brasil** | [Pró-Semiárido](#): Este projeto, financiado pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), já beneficiou 70.000 famílias em 32 municípios do estado. Com foco em agricultores familiares, comunidades quilombolas, povos indígenas, colonos da reforma agrária e comunidades rurais e de pastagens, o programa promove capacitação e assistência técnica com uma abordagem agroecológica. Seus resultados abrangem temas como recuperação de culturas, segurança alimentar e resiliência produtiva às mudanças climáticas.
- **Distrito Federal, Brasil** | **AdaptaCidades e o fortalecimento do planejamento para a adaptação climática**: O DF Participa na iniciativa federal AdaptaCidades, que fortalece as capacidades institucionais e técnicas para o planejamento da adaptação climática. Em nível local, coordena-se com a Política de Mudanças Climáticas da Cidade do México e com os instrumentos de planejamento territorial por meio de uma Comissão Local que reúne organizações das áreas ambiental, climática, territorial, de pesquisa e produção de informação, promovendo assim a adaptação climática, governança multinível, cooperação técnica e uso de informações científicas para identificar riscos e vulnerabilidades e apoiar a definição de medidas de adaptação. Trata-se de um exemplo de integração do planejamento territorial, da gestão ambiental e da infraestrutura verde em uma região do Cerrado marcada por secas, incêndios e altas temperaturas.
- **Ceará, Brasil** | [Plano de Ação Estadual para Combater a Desertificação e Mitigar os Efeitos da Seca \(PAE-CE\)](#): Atualizado em 2026, o plano integra ações de conservação, restauração e adaptação climática, com a participação ativa de comunidades locais, pesquisadores e outros atores envolvidos no tema.